



GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON MARACANAÚ

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE DEFESA

Número de Atendimento: 2603056400100012301

Ao representante legal de:

DADOS DO(S) FORNECEDOR(ES)

Razão Social: Banco Digio S.A.

Nome Fantasia: Banco Digio

CPF/CNPJ: 27.098.060/0001-45

Endereço de Correspondência: Alameda Xingu - Número 512, 7º andar - Condomínio Evolution Corporate - Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphaville. - Barueri - SP - 06455-030

Telefone Institucional: (11) 99465-0245

E-mail Institucional: comunica.ouvidoria@digio.com.br

A Diretoria Executiva do Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Maracanaú – Ceará (PROCON MUNICIPAL DE MARACANAÚ), Lei 2.084 de 01 de outubro de 2013, e nos termos da Constituição Federal, e com fundamento nos incisos III IV do art. 4º e do parágrafo 4º do art.55 da Lei 8.078/90, bem como no parágrafo 2º do art.33, art.42 e 44 do Decreto Federal 2.181/97, convoca o fornecedor acima qualificado para comparecer em audiência designada para o dia **30/04/2026 às 10:00** horas, via videoconferência através da plataforma Meet no link disponibilizado no quadro abaixo, ou compareça a audiência presencialmente na sede deste Procon localizado na Rua 04, nº 370, Jereissati I, Maracanaú/CE, quando deverá apresentar defesa escrita/contestação ou encaminha-la para o e-mail institucional protocolo_procon@maracanau.ce.gov.br, ou ainda, inserir no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de realização da audiência, em resposta eletrônica, em relação aos fatos ora notificados, e poderá conciliar-se com o(a) consumidor(a). Decorrida a audiência, este órgão apreciará, de forma definitiva, a fundamentação da reclamação apresentada pelo(a) consumidor(a) abaixo qualificado(a), para efeitos de inclusão dos CADASTROS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS, nos termos do art. 44 da Lei n. 8.078/90, prosseguimento o trâmite do presente processo administrativo, nos termos dos arts. 45, 46 e 47 do Decreto 2.181/97.

Adverte-se que o preposto da empresa deverá trazer a documentação que comprove sua condição (documentos pessoais, contrato social e carta de preposição), devendo ter poderes para transigir, sob pena de o fornecedor ser considerado não representado.

E-mail institucional para protocolo de

Link da Audiência: <https://meet.google.com/tsa-kapn-kye>



GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON MARACANAÚ

DADOS DO CONSUMIDOR(A)

Consumidor(a): MARIA MÁXIMO PEREIRA - **CNPJ/CPF:** 678.701.633-68

Endereço: Rua Fausto dos Santos - 1937 - Alto Alegre II - Maracanaú - CE - 61921-340

Telefone: (85) 99278-5832

FATOS NARRADOS PELO CONSUMIDOR(A)

Relato:

Relata a consumidora que é aposentada e que, ao realizar o saque de seu benefício previdenciário, deparou-se com valores não reconhecidos sendo descontados de sua aposentadoria. Ao analisar seus extratos bancários, verificou que os descontos se referem ao contrato nº 816264085, composto por 84 (oitenta e quatro) parcelas no valor de R\$ 213,99 (duzentos e treze reais e noventa e nove centavos) cada.

A consumidora afirma que jamais celebrou qualquer acordo ou contratação com a reclamada referente ao mencionado contrato, razão pela qual registrou boletim de ocorrência para resguardar seus direitos. Posteriormente, dirigiu-se à sede deste órgão em busca de uma solução administrativa eficaz para o caso.

Pedido:

Diante do exposto, requer a consumidora esclarecimentos acerca dos descontos não reconhecidos, bem como a devolução integral dos valores indevidamente descontados de seu benefício.

Maracanaú/CE, 17 de Março de 2026 .

DANIELA PINHEIRO BEZERRA DE FARIAS
DIRETORA EXECUTIVA
PROCON - MARACANAÚ

Recebido por(assinatura): _____

Nome do funcionário/responsável (legível): _____